



SOBREVIVENDO NO INFERNO: UMA ANÁLISE DE COMO DADOS ESTATÍSTICOS PODEM CRIAR MODOS DE VISIBILIDADE SOBRE O DISCURSO DA DESIGUALDADE SOCIAL POR COR OU RAÇA NO BRASIL

Alan Pereira Manoel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
alanpmanoel@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0499-2815>

Camila Aparecida Lopes Coradetti Manoel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
camilacoradetti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2728-0420>

Elton Fernandes Barbosa
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS
elton.barbosa@ifms.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8276-4527>

Resumo:

O presente trabalho foi desenvolvido por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Se inscreve na linha pesquisa em “currículo”. Teve como objetivo: “descrever e analisar como dados estatísticos podem criar modos de visibilidade sobre o discurso da desigualdade social por cor ou raça no Brasil”. Para desenvolver esse objetivo teve como ferramenta teórico metodológica as contribuições dos estudos desenvolvidos por Foucault sobre análise discursiva, e também, seus estudos referentes aos modos de governo da conduta dos sujeitos. O trabalho conclui que os dados apresentados, podem contribuir para enunciar e dar visibilidade acerca da desigualdade social por cor e raça no Brasil, de modo que a educação se fez presente como um dos temas principais se associando a outros vistos pelo Estado, também como essenciais. Além disso, os dados analisados possibilitam um entendimento do Brasil como um local de risco social para a população negra brasileira.

Palavras-chave: Matemática; currículo, população negra, análise discursiva, governo.

1. Introdução

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial
A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras
Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros
A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente
RACIONAIS MCS – CAPÍTULO 4, VERSÍCULO 3

O excerto anterior é parte de umas das músicas que compõem o aclamado álbum *Sobrevivendo no Inferno* da banda Racionais MCS. De acordo com Oliveira (2018) este álbum “[...] ajudou a fundar uma nova subjetividade, criando condições para a emergência do que ele define como “sujeito periférico”: o morador da periferia que assume sua condição, tem orgulho desse lugar e age politicamente a partir dele”, e também, buscou tornar “[...] visível que o “problema” estava muito mais no conjunto de valores definidos enquanto “nacionais”, organizados a partir da exclusão de uma série de elementos fundamentais aos quais o rap vinha dar sentido e visibilidade, a começar pelo corpo negro do jovem periférico” (OLIVEIRA, 2018, p.23 e 25).

Para conseguir dialogar com o público, o grupo musical buscou munir-se de uma série de símbolos e linguagens, e nesse sentido, o álbum veio a ser tema de algumas pesquisas. De maneira mais pontual, o que chamou a nossa atenção foi a utilização dos números, da matemática e dos dados estatístico para fundar essa nova subjetividade e dar visibilidade ao problema da exclusão social do negro brasileiro.

A voz do Primo Preto - personagem que narra o excerto inicial do texto – acompanhada por um toque de piano a cada informação trazida pelo mesmo, além de informar acerca do problema histórico de exclusão dos negros no Brasil, contribui para que os números deixassem de ser somente dados “frios” e passassem a “tocar” nossos sentimentos, nossos sentidos ou melhor, passassem a nos subjetivar, a nos fazer ver e dizer sobre determinada situação.

A obra dos Racionais MCs contribuiu para moldar a visão dos autores desse trabalho a respeito do que é ser um sujeito negro no Brasil. Mas no trabalho aqui apresentado, tal grupo contribuiu, por meio do ecoar da voz do primo preto e o toque sombrio do piano, para que pensássemos acerca de como os números, dados estatísticos e a matemática pode dar visibilidade e contribuir, por meio de enunciações, em um entendimento acerca das desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, tendo a educação como um meio importante para isso.

Para o artigo aqui proposto, compomos como objetivo: “descrever e analisar como dados estatísticos podem criar modos de visibilidade sobre o discurso da desigualdade social por cor ou raça no Brasil”. Tendo essas intencionalidades investigativas para esse trabalho, buscamos no próximo tópico aprofundar nossas concepções teóricas e metodológicas que repousam nossos olhares analíticos.

2. Composições teóricas e metodológicas

A princípio gostaríamos de esmiuçar o objetivo dessa investigação, pois acreditamos que ele expressou os óculos com os quais exploramos os dados apresentados nesta investigação, e também, a maneira como tratamos esses dados a partir de uma análise discursiva, uma análise de como se constitui determinadas verdades por meio da linguagem. Nesse sentido, esses óculos compõem modos de observar e analisar os dados da investigação.

Primeiramente partimos de a expressão “descrever e analisar discursos”, em que temos como premissa “discursos” a partir do que foi exposto por Foucault (1986):

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

Observamos que os discursos ultrapassam a função da linguagem e se materializam como verdades consolidadas nas práticas sociais, e dessa forma, podem engendrar modos de pensar. Ou seja, o discurso é o conjunto de regras e moral que podem constituir determinados tipos de condutas, ser e existir. Por isso vislumbramos o currículo além das barreiras escolares, sendo considerado práticas sociais, discurso. O discurso é composto pelos enunciados e suas regras de formação, que são sempre atreladas a um campo do saber, o currículo é atravessado por esses saberes.

A análise desses discursos consiste em um processo de descrição das enunciações, assim como foi exposto por Foucault (1986), na citação mencionada anteriormente. Fischer (2012, p.75) menciona que “[...] as enunciações e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações

de poder, que as supõem e as atualizam”. Práticas sociais engendradas pelos discursos, pelas verdades constituídas socialmente atravessadas pelas relações poder fluidas. Relações que “[...] não procede de uma fonte única ou de uma instância transcendente que parte do estado e se dirige aos súditos ou cidadãos; antes, ele se materializa horizontalmente no conjunto das práticas discursivas e não discursivas dos diferentes tecidos societários (CANDIOTTO, 2013, p. 81)”.

Logo no trabalho aqui proposto realizamos um processo de descrição das enunciações e visibilidades em buscar e observar e analisar como se compõem determinados discursos que podem, por meio das relações de poder, propor modos de ser e existir, modos de governo dos corpos. Pois,

“[...] os sujeitos é sempre efeito de relação de poder, seja nos mecanismos disciplinares que o normalizam permanentemente em razão de uma ortopedia moral vigente, seja quando ele se toma como objeto para si próprio nos diferentes processos de subjetivação a partir do embate agonístico entre as forças do querer a as potências da liberdade (CANDIOTTO, 2013, p. 81)”.

Nesse sentido, as informações apresentadas na pesquisa intitulada “Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil de 2018”, realizada pelo IBGE, podem constituir enunciados sobre a desigualdade social por cor ou raça no Brasil. Sendo que a temática que foi explorada neste trabalho foi referente a Educação e outros temas vistos como essenciais pelo IBGE 2018. Como essas ferramentas foram utilizadas neste trabalho será descrito no próximo tópico.

O olhar analítico empenhado nesta investigação, inspirado na análise discursiva, seria observar como determinadas enunciações e visibilidades em busca de constituir saberes, e que são informações permeadas pelas relações de poder, pelo que é produzido socialmente.

Foi observado a maneira como os números, dados estatísticos e a matemática trazida na pesquisa enuncia e dá visibilidade para a desigualdade social no Brasil. No final, abordamos os programas sociais realizados pelo governo como uma forma de administrar o problema e demonstrar o poder do estado diante o problema por ele enunciado. Essa análise é apresentada no próximo tópico.

3. Resultados e discussão

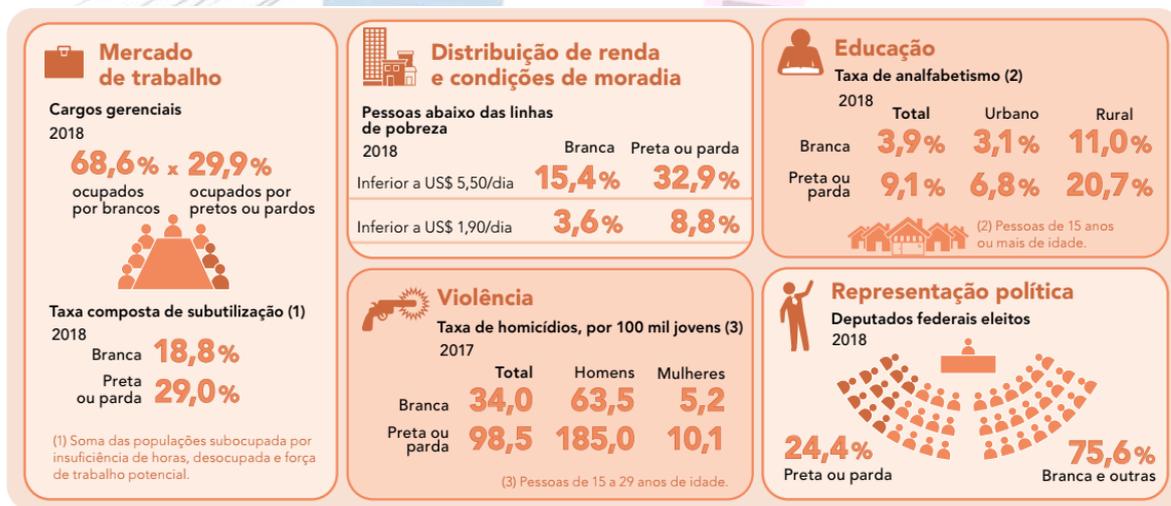
A desigualdade social é uma questão de cunho internacional, sendo assim, diversos países buscam medidas políticas para diminuir tal desigualdade. No Brasil a desigualdade

social possui implicações históricas, e uma forma de tornar isso visível, é por meio de pesquisas e dados estatísticos que buscam indicar tal problemática e, ao mesmo tempo, reivindicar medidas para solucionar ou atenuar essas desigualdades.

A questão da desigualdade possui laços estreitados com grupos “minoritários” e no Brasil, um desses grupos é o dado por cor ou raça, “[...] pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País” (IBGE, 2018, p. 1). Diante disso, foram realizadas algumas pesquisas, como por exemplo, a intitulada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a realização da pesquisa sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, alguns temas serviram como norte, sendo eles: mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política, a Figura 1 a seguir apresenta um panorama acerca dos resultados obtidos.

Figura 1: Dados Panorâmicos da Pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no



Brasil

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

A justificativa para a escolha dos temas é que tais temas são “[...]essenciais à reprodução das condições de vida da população brasileira[...] (IBGE, 2018, p.2)”, e também, que

[...] todos esses temas estão contemplados no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas -ONU, por meio da Resolução 68/237, de 23.12.2013, com o objetivo de promover o respeito, a

proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais dessa população (IBGE, 2018, p.2).

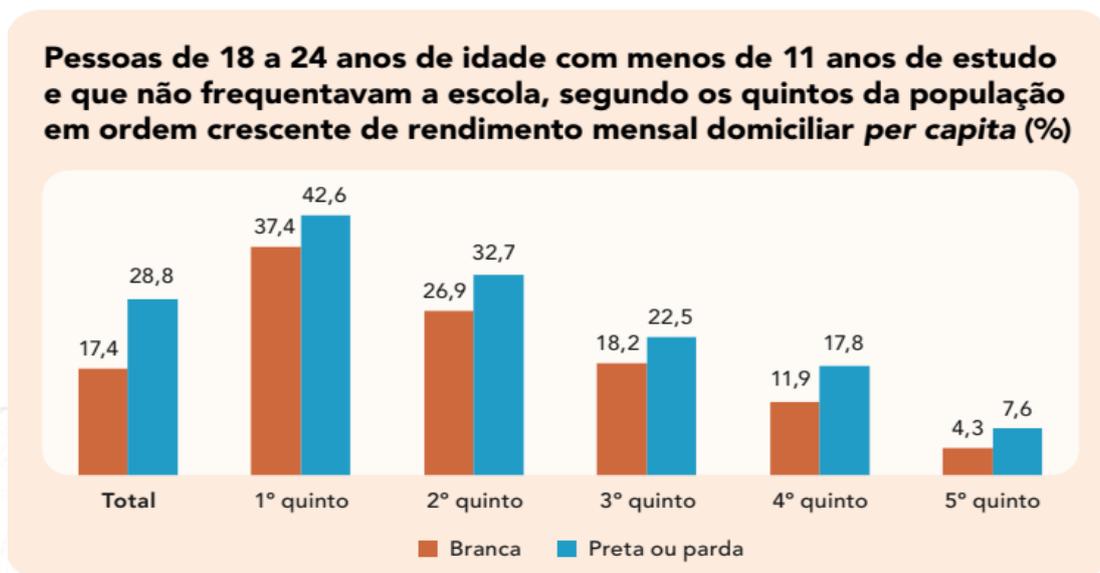
A respeito da escolha dos temas, nos chamou a atenção, dentre outras coisas, o fato da existência de temas vistos pelo Estado como essenciais para a vida humana, ou seja, o Estado mapeou e escolheu temas que julga serem fundamentais para a vida humana, e faz uso dos números para demonstrar a discrepância entre negros e brancos até porque, “contar um problema é defini-lo e torna-lo acessível ao governo. Para governar um problema é necessário que ele seja contado” (ROSE, 1991, p.686, *tradução nossa*).

Basicamente o que podemos entender é que a junção dos temas, vistos como essenciais, enuncia o problema da desigualdade social por cor ou raça no Brasil, dando visibilidade ao mesmo com o auxílio dos números, dos dados estatísticos, de conhecimentos matemáticos que são ensinados na escola, pelo currículo de matemática. Nesse sentido, a pesquisa faz isso por meio do entrelaçar dos temas, da relação dos mesmos e “as estatísticas, ou como diria Hacking (1991, p.189), a “avalanche de números impressos”, constituem informações sobre os diferentes aspectos da vida da população, delimitando, principalmente, os espaços considerados problemáticos (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.137).

Dentre os temas analisados na pesquisa realizada por IBGE (2018), iremos dar maior ênfase no tema Educação, até porque o espaço destinado ao artigo não permite que analisemos cada um dos temas. Outro fator que faz da educação um ponto importante da nossa análise é que “[...] o Brasil é um país em que a escolaridade implica em altos retornos salariais, em comparação a outros países do mundo (IBGE, 2018, p. 8)” e, sendo assim, “esse panorama de indicadores educacionais explica, ao lado de outros fatores, como os identificados na seção sobre mercado de trabalho, a desigualdade observada entre os rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas brancas e pretas ou pardas (IBGE, 2018, p.8)”. *mato-grossense*

Como é possível notar por meio das citações anteriores à Educação, ou melhor, os dados referentes à Educação estão associados ao mercado de trabalho e a questões de cunho econômico que envolvem a população negra, de forma que “os números do censo não são apenas politizados, eles também são monetizados” (ROSE, 1991, p. 688, *tradução nossa*). O gráfico a seguir corrobora com tal afirmação.

F
 figura
 2:
 Número
 de
 pessoas
 sobre
 a
 relação
 entre
 o
 estudo
 e a



Renda Per Capita

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Na figura 2 é possível observar uma relação entre a escolaridade e o rendimento mensal domiciliar *per capita*, sendo a população negra, em todos os casos analisados, aquela com os piores índices, quando comparada com a população branca.

Basicamente os dados apresentados na figura 2 indicaram que, onde se tem uma menor renda *per capita* é onde se concentra a população com menor tempo de estudo e que não frequentam a escola. É possível observar também que, à medida que se aumenta a renda *per capita* há uma diminuição no número de pessoas entre 18 e 24 anos com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam a escola.

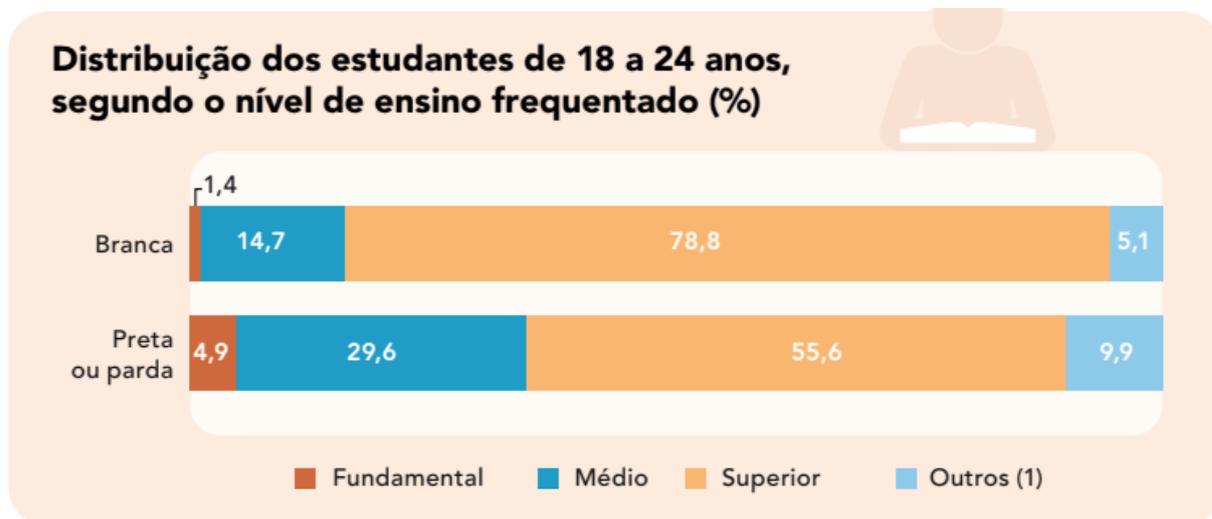
Uma possível observação a respeito dos dados apresentados na figura 2 é que a matemática utilizada para apresentar os dados expostos no gráfico “[...] constituem informações sobre os diferentes aspectos da vida da população, delimitando, principalmente, os espaços considerados problemáticos (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.137)”¹. De maneira mais pontual, podemos pensar que tais dados enunciam a problema causado pela baixa escolaridade, principalmente em relação a população negra que é a que demonstra ser mais afetada de acordo com os dados.

Ainda tendo como norte a afirmação trazida por IBGE (2018) a respeito da relação direta entre escolaridade e rendimento salarial, tal pesquisa indica que a maior discrepância

¹ Citação mencionada pela segunda vez neste trabalho, pois tem uma relevância para análise explorada.

entre negros e brancos em relação a questão educacional está no nível superior. Vejamos os dados a seguir:

Figura 3: Dados Estatísticos acerca do Nível de Ensino de Jovens Entre 18 a 24 Anos



O que estamos entendendo é que um dos motivos que leva a uma menor renda *per capita* dos negros em relação aos brancos está no menor índice de acesso da população negra, quando comparada com a população branca, ao ensino superior.

Em suma, o que temos até então é a construção de um quadro que demonstra numericamente como a desigualdade social assola a população negra brasileira. Sendo que para tanto, foram escolhidos alguns temas vistos como essencial, dentre os quais a educação se faz presente e estabelece associação com tais temas.

Diante do problema enunciado com o auxílio de conhecimentos matemáticos, coube ao governo tomar decisões que busquem ao menos amenizar o problema, sendo assim os

[...] números, medidas, índices e taxas adquirem tanta importância nessas ações governamentais, no âmbito político, econômico, educacional da população, a ponto de gerarem-se normas, estratégias e ações (programas e campanhas) para dirigir, administrar e otimizar suas condutas individuais e coletivas. (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 137).

Em relação às estratégias do governo voltadas aos problemas enunciados na pesquisa de IBGE (2018), temos que:

com vistas a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, uma série de medidas foi adotada a partir dos anos 2000: na rede pública, a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema de Seleção Unificada - SISU; e, na rede privada, a expansão dos financiamentos estudantis, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos – Prouni (IBGE, 2018, p.8-9).

De acordo com os dizeres anteriores, é possível pensar que o Estado adotou estratégias para administrar e otimizar os problemas enunciados, e que os dados estatísticos trazidos na pesquisa de IBGE (2018) buscaram enunciar e dar visibilidade não só ao problema da desigualdade social por cor ou raça, mas também, ao impacto das estratégias administrativas realizadas pelo Estado. Dessa forma, contribuiu discursivamente para afirmar que para população negra, o Brasil é considerado um local de risco social².

Ainda sobre os programas adotados pelo Estado, temos que os mesmos podem ser vistos como uma forma de conduzir a conduta da população negra para práticas desejadas pelo Estado, ou de forma mais pontual, conduzir a população negra a um pensamento de que a sua inserção na educação superior seja uma solução para o problema da desigualdade social, cujos dados resultados estatísticos deram visibilidade, até porque “o saber estatístico produz verdades e molda as realidades das sociedades por meio da quantificação” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.148).

Os dados apresentados por IBGE (2018), entre outras coisas, além de enunciar a desigualdade social por cor ou raça, contribui para dar visibilidade a respeito de quem é o sujeito negro brasileiro. Sujeito esse que faz sua sobrevivência um ato de resistência assim como diz Mano Brown no momento em que cita “permaneço vivo, prossigo a mística/ Vinte e sete ano contrariando a estatística” (RACIONAIS MC’s, 1997). Estar vivo, ter uma boa posição no mercado de trabalho, ter um poder econômico, possibilidade de estudo em nível superior, é, de acordo com os dados do IBGE (2018), contrariar a estatística, ou melhor, ser negro no Brasil é discursivamente, sobreviver no inferno, é ser um “efeito colateral que seu sistema fez/ Racionais, capítulo 4, versículo 3” (RACIONAIS MC’s, 1997).

4. Considerações finais

O texto aqui apresentado teve por objetivo “descrever e analisar como dados estatísticos podem criar modos de visibilidade sobre o discurso da desigualdade social por cor ou raça no Brasil”. Nas análises observamos que o Estado fez uso de temas - entre e relacionados a eles a Educação, sendo a mesma, o tema com maior foco no artigo aqui apresentado - vistos como essências para a vida humana e, conseqüentemente, essenciais para a população negra brasileira. Diante disso, utilizou os números, a matemática, e os dados

² “Um local passa a ser considerado de risco quando são associadas várias condições ou fatores tais como: analfabetismo, baixa escolarização, falta de empregos, condições potenciais para proliferação de doenças, entre outras características dessa ordem” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.144).

estatísticos para enunciar e dar visibilidade para o problema da desigualdade social por cor ou raça, que teve maior incidência na população negra, de acordo com todos os dados analisados.

Outro resultado observado é que, as medidas adotadas pelo Estado, voltadas aos problemas enunciados, podem ser entendidas como uma forma de governar a população negra brasileira.

Ao evidenciar tais resultados, concluímos que para a população negra brasileira, quando comparada com a população branca, a primeira ainda se encontra “Sobrevivendo no Inferno”, ou seja, em um lugar (Estado) em que os números, os dados estatísticos e a matemática enunciaram e deram visibilidade a uma série de resultados que impactam negativamente na vida da população negra brasileira, e que por sua vez, essa última, tem sua conduta conduzida por meio de ações pensadas pelo Estado.

Referências

CANDIOTTO, C. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: Guilherme Castelo Branco; Alfredo Veiga-Neto. (Org.). **Michel Foucault: Filosofia & Política**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, v. 1, p. 81-96.

FISCHER, R. M. B., **Trabalhar com Foucault: a arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

IBGE, B. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 21, jun. 2022.

OLIVEIRA, A. S. de. O evangelho marginal dos Racionais MC's”. **Sobrevivendo no Inferno**, p. 19-41, 2018.

ROCK, E.; BLUE, I.; BROWN, M.. **Capítulo 4, versículo 3**. Intérprete: Racionais MC's. Racionais MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Faixa 3 (8 min 06 seg) v. 1.

ROSE, N. Governing by numbers: Figuring out democracy. **Accounting, organizations and society**, v. 16, n. 7, p. 673-692, 1991.

TRAVERSINI, C. S.; LÓPEZ BELLO, S. E., O numerável, mensurável e auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 34, n. 2 (maio/ago. 2009), p. 135-152, 2009**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267/5535>. Acesso em: 02, jul. 2022.